

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014

**Disputas no Mar do Sul da China:
desafios à produção energética**

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 208 • 10 de Outubro de 2024

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Plataforma de Processamento de Petróleo e Gás.](#)

Por: Preechab

Fonte: Freepik

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Vice-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Prof. Dr. Rafael Zelesco Baretto (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.



ÁFRICA SUBSAARIANA

Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Mariana Bastos Fraguito (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Rafaela Marinho Gonzalez Machado (UFRJ)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Maria Fernanda Santos Kerr (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF/SWUST)
Jayanne Balbino Soares (UFF)
Nathália Magalhães Macedo (UFRJ)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Emerson Luiz Bento dos Santos (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (KCL)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Carvalho Pinto Puccetti (UFRJ)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Nina de Almeida Bonifacio Pereira (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luíza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (EGN)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Gabriel Mendes Andrade (UERJ)
Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

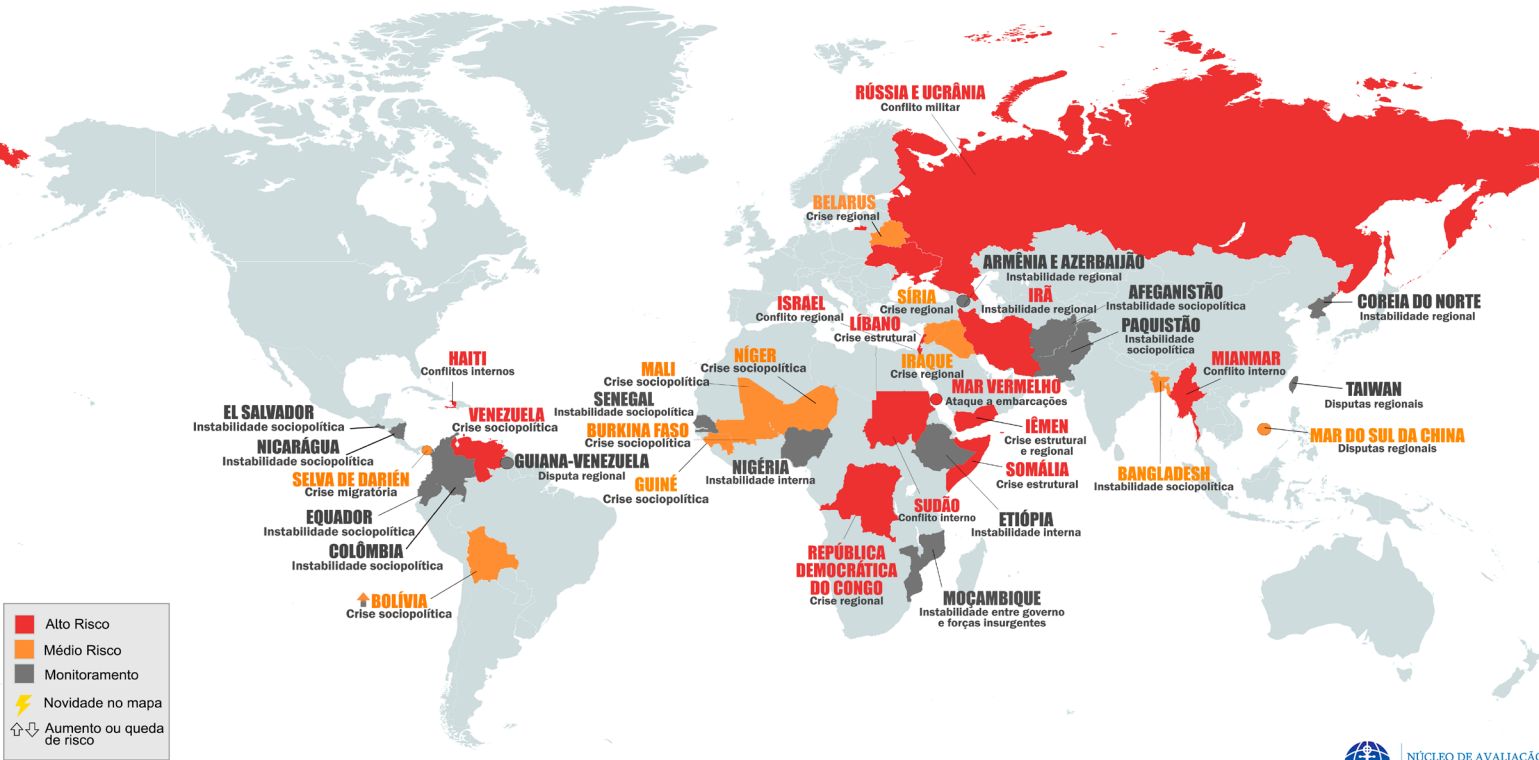


SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
Perspectiva socioeconômica das ambiciosas projeções guianenses no setor de hidrocarbonetos.....	5	China e a Iniciativa Cinturão e Rota: um olhar sobre o Sudeste Asiático	12
Entre a cooperação naval e técnica: o que esperar da aproximação estratégica Brasil-Índia?	6		
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		SUL DA ÁSIA	
Qual é a herança do governo López Obrador para o México?	7	Semicondutores <i>made in India</i>	13
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
Turquia na África: uma nova rota de cooperação.....	8	Disputas no Mar do Sul da China: desafios à produção energética.....	14
EUROPA		ÁRTICO & ANTÁRTICA	
O controle fronteiriço alemão e os possíveis impactos no Espaço Schengen	9	A modernização da Base Petrel e a janela de oportunidades para a Argentina na Antártica	15
Banimento do GNL russo: o dilema energético da UE	10	TEMAS ESPECIAIS	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		A relativização da inviolabilidade de missões diplomáticas: um precedente perigoso.....	16
Xadrez geopolítico: grupos paramilitares iraquianos na dinâmica Israel-Hezbollah.....	11		
RÚSSIA & Ex-URSS		Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	17
A nova doutrina nuclear russa e o conflito na Ucrânia	12	Calendário Geocorrente.....	17
		Referências.....	18
		Mapa de Riscos.....	19

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Kaike Mota



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19

Perspectiva socioeconômica das ambiciosas projeções guianenses no setor de hidrocarbonetos

Gabriel Augusto

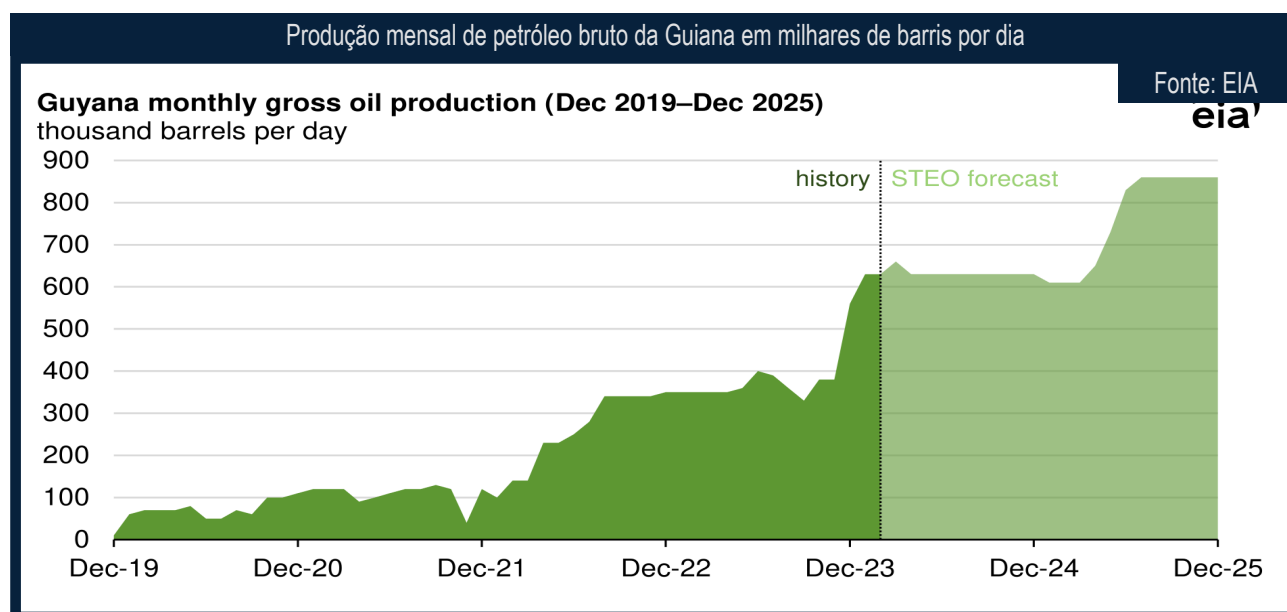
Nos últimos cinco anos, a Guiana emergiu como um importante ator no cenário global de petróleo, tornando-se o terceiro país fora da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP+) com o maior crescimento de produção petrolífera ao alcançar a marca de 645.000 barris por dia. Essa significativa produção provém do bloco *Stabroek*, explorado pela petroleira estadunidense *ExxonMobil* em parceria com o governo local e outras empresas. Mas, embora as descobertas petrolíferas possam impulsionar o crescimento econômico da Guiana, elas também podem ocasionar problemas, como o aumento das desigualdades sociais. Diante disso, quais são os impactos socioeconômicos da exploração de hidrocarbonetos no país?

Com projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) prevendo um crescimento contínuo do Produto Interno Bruto (PIB) por três anos, a Guiana tem direcionado seus investimentos ao bloco *Stabroek*, no qual 70% dos trabalhadores são guianenses. A parceria na exploração com outras companhias já gerou mais de US\$ 4,2 bilhões para o Fundo de Recursos Naturais da Guiana, que detém os *royalties* da exploração. A *ExxonMobil*, sócia majoritária do bloco, já investiu US\$ 30 bilhões no país, dos quais US\$ 450 milhões foram destinados a fornecedores locais, garantindo-se a operacionalidade do bloco e capacitando-se mais de 3.000 guianenses para o

setor. Ademais, dados apontam que o governo destinou US\$ 187 milhões a projetos de infraestrutura (como portos e rodovias) em 2019, o primeiro ano da exploração comercial de petróleo no país. Em 2023, o valor subiu para US\$ 650 milhões — um crescimento de 247%.

Apesar dos avanços, a expansão acelerada da indústria de hidrocarbonetos pode intensificar as disparidades sociais, especialmente com o aumento da presença de trabalhadores estrangeiros. O país ainda carece de mão de obra altamente especializada no setor, o que faz com que os cargos mais bem-remunerados sejam ocupados por estrangeiros, que, por sua vez, recebem tratamento diferenciado das empresas, com benefícios que não se estendem aos nacionais. A *ExxonMobil* reconhece essa disparidade, frisando a escassez de profissionais guianenses qualificados, dado o caráter recente da descoberta de petróleo no país.

Portanto, vê-se que a exploração petrolífera na Guiana tem gerado efeitos positivos significativos, especialmente na criação de empregos para os cidadãos locais e no aumento da relevância geopolítica do país. Contudo, observa-se a necessidade advinda do governo e das empresas petrolíferas ampliarem seus esforços na capacitação estratégica de curto a longo prazo da população local, de modo a promover uma distribuição equitativa dos benefícios desse recurso.



Entre a cooperação naval e técnica: o que esperar da aproximação estratégica Brasil-Índia?

Luciano Veneu

Ambos membros do BRICS, Brasil e Índia possuem uma proximidade diplomática e econômica. Uma amostra disso ocorreu em agosto de 2024, quando o Comandante da Marinha do Brasil (MB), Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, encontrou-se com autoridades da Marinha da Índia no país asiático. Ambos os países possuem uma Base Industrial de Defesa (BID) capaz de construir submarinos e grandes navios de superfície, além de apresentarem um extenso litoral e semelhanças em seus desafios. Logo, quais foram os principais pontos abordados na visita e os possíveis impactos estratégicos para o Brasil?

Durante a visita, desenrolaram-se diálogos sobre áreas estratégicas, como: coleta e compartilhamento de dados de inteligência, segurança cibernética, combate à pirataria, busca e salvamento (SAR, na sigla em inglês), crimes transnacionais e pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN). Ademais, dada a capacidade da BID indiana para a construção de submarinos de propulsão nuclear, discutiu-se a possibilidade de parcerias no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos do Brasil, o PROSUB. Com o Brasil tendo reservas de urânio e a tecnologia para enriquecimento do mineral, seria interessante intercâmbio de conhecimento e a promoção de cooperação técnica.

Além disso, em entrevista ao jornal indiano *Times Now*, o Almirante Olsen afirmou que “capacitação, interoperabilidade e questões doutrinárias comuns” seriam pontos de interesse entre as Marinhas. Destaca-

se também a possibilidade de obtenção, por parte do Brasil, de armamentos convencionais, como o míssil de cruzeiro supersônico “BrahMos” e helicópteros leves. Tais aquisições elevariam a capacidade dissuasória da MB, principalmente pelo primeiro se tratar de um míssil de longo alcance. Ademais, a parceria demonstra a importância da BID para o desenvolvimento de tecnologias autóctones no Sul Global, apresentando soluções mais condizentes às realidades locais. A longo prazo, se devidamente incentivada, a BID desses países poderia adentrar de maneira mais assertiva no mercado internacional de defesa.

A visita reforça os laços estratégicos entre duas potências do Sul Global e possibilita importantes parcerias no âmbito da segurança e defesa, além de uma presença mais robusta para ambas no mercado internacional de defesa. A cooperação discutida destaca o potencial de ganhos mútuos e avanços tecnológicos para as duas nações. Além disso, a aquisição de armamentos de última geração, como o míssil “BrahMos”, demonstra a busca do Brasil por uma Marinha mais robusta e dissuasória. Essa aproximação fortalece a atuação do país no cenário global, especialmente no contexto do BRICS, e sinaliza a intenção de o país consolidar uma presença naval mais forte e tecnologicamente avançada, essencial para a defesa de sua extensa costa e dos interesses brasileiros na sua Zona Econômica Exclusiva — a Amazônia Azul.



Qual é a herança do governo López Obrador para o México?

Victor Cabral

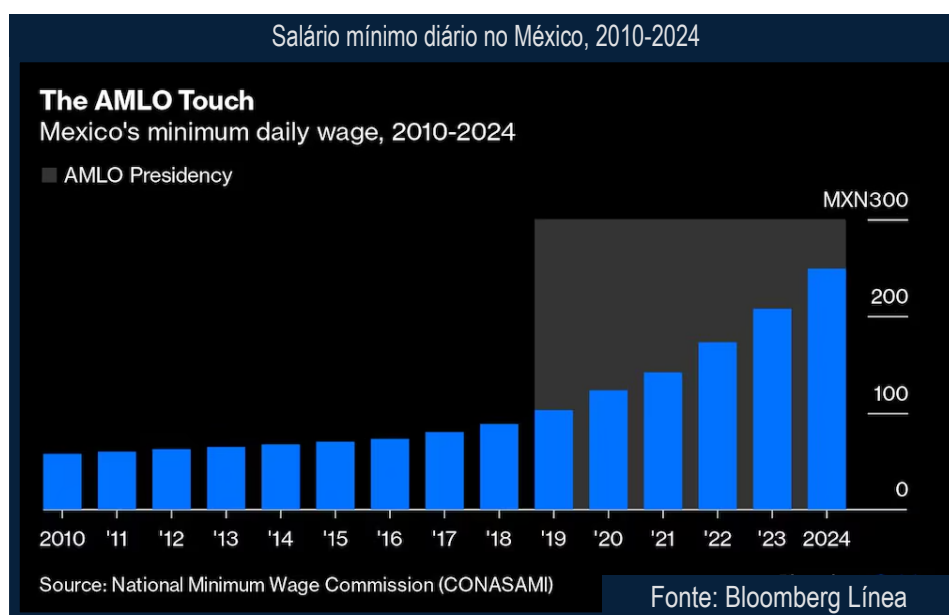
Em 1º de outubro de 2024, Andrés Manuel López Obrador (AMLO) passou a faixa presidencial para sua sucessora, Claudia Sheinbaum — a primeira mulher a presidir o México. Eleita com mais de 60% dos votos, Sheinbaum foi chefe de governo da Cidade do México, tendo feito uma gestão com ampla aprovação e uma campanha eleitoral bem-sucedida. A eleição de Sheinbaum era esperada, seja pelo desempenho em debates, seja pela fragmentação das forças de oposição ou pelo apoio de AMLO, que terminou o mandato com mais de 60% de aprovação.

A popularidade de AMLO se dá por diversas razões, como a economia e a política. Segundo o Banco Mundial, ao tomar posse em 1º de dezembro de 2018, AMLO encontrou o México com um PIB per capita de US\$ 10.130. Esse teve constantes elevações até chegar a US\$ 13.926 em 2023, o que representou um crescimento importante ao se considerar a queda para US\$ 8.895 em 2020 devido à pandemia da Covid-19. AMLO aumentou o salário mínimo em mais de 120%, retirou mais de 9,5 milhões de pessoas da pobreza, manteve o equilíbrio fiscal — apesar da descrença de opositores e críticos de que não conseguiria — e manteve a inflação estável em 5,22% na média consolidada de 2019 a 2023, conforme dados do Banco Mundial.

Com mais de 40 anos de vida política, AMLO manteve viagens pelo país e agendas com eleitores, além

de dominar a pauta jornalística. Em seu mandato, o presidente realizou as *Mañaneras*, coletivas de imprensa praticamente diárias na qual discutia sobre seu governo e atacava opositores. Derrotado nas eleições presidenciais de 2006 e 2012, AMLO usou essa plataforma para sustentar sua popularidade e transformar seu partido, o Movimento Regeneração Nacional (Morena), no mais importante do país, garantindo a eleição de Sheinbaum com 32% de vantagem contra Xóchitl Gálvez, a candidata do Partido da Ação Nacional (PAN).

Todavia, seu governo deixa heranças negativas. Megaprojetos de desenvolvimento, como o novo aeroporto da capital do país, o projeto ferroviário *Tren Maya* na península de Yucatán, e o Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec ([Boletim 185](#)), carregam críticas pelo elevado impacto ambiental. Na segurança, o sexênio de AMLO (2018–2024) foi marcado pelos recordes de homicídios, com mais de 166 mil deles, 21% a mais que no governo antecessor. O México possui mais de 100 mil pessoas desaparecidas, pressionando o governo a responder por esses sumiços, mas, mesmo com a militarização da segurança pública ([Boletim 172](#)), não houve melhora percebida. Por fim, seu governo despede-se aprovando a eleição popular para juízes da Suprema Corte, medida considerada por críticos como enfraquecedora da democracia por facilitar vitórias de aliados do governo.



Turquia na África: uma nova rota de cooperação

Amanda Monteiro e Rafaela Machado

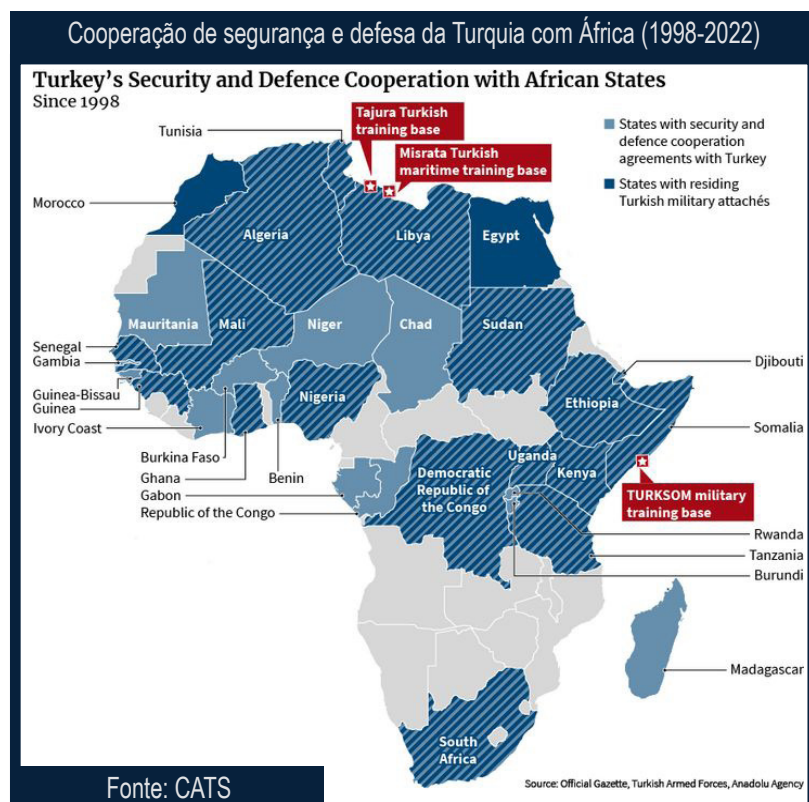
A África tem sido historicamente vista como um campo de exploração por potências globais exógenas, que disfarçam suas políticas predatórias com parcerias de benefício mútuo. Embora tenham crescido os esforços dos países africanos para se emanciparem das influências internacionais, especialmente europeias e estadunidenses, a Turquia tem se destacado como uma possível exceção. Após a negativa de adesão à União Europeia em 1997, a Turquia, enfrentando barreiras culturais, voltou seu foco para a África em uma estratégia para projetar influência geopolítica e econômica. Assim, surge o questionamento: como a Turquia tem articulado sua estratégia em direção ao continente africano?

O “Plano de Ação para África” de 1998 e o programa “Abertura à África” de 2005 foram as políticas turcas que iniciaram o que hoje acumula US\$ 40 bilhões em comércio bilateral e US\$ 85 bilhões investidos em projetos de construção no território africano. O sucesso das relações entre a Turquia e o continente africano encontra-se no fato de o país ter se apresentado como uma terceira via, diferindo-se tanto do ocidente liberal quanto das abordagens russas e chinesas. Ao invés de estabelecer novas relações de dependência, a abordagem turca tende a se concentrar na proposta de uma igualdade política, no desenvolvimento econômico mútuo e em uma parceria social de longo prazo, buscando compartilhar com os países africanos

seu próprio paradigma ou fórmula de desenvolvimento rápido.

Essa relação tem se consolidado através de uma estratégia de cooperação focada em desenvolvimento econômico, infraestrutura e segurança. Assim, destaca-se a relação Turquia-Somália, na qual a presença turca é ainda mais estratégica e de destaque no setor de defesa e de exploração de recursos naturais. Em fevereiro de 2024, foi ratificado entre os países um acordo de cooperação na área de defesa e segurança marítima, no qual os turcos financiaram o estabelecimento e a formação de uma Marinha somali e, em troca, receberiam 30% das receitas geradas na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do país, uma das principais economias pesqueiras da região. Ademais, a Turquia firmou um acordo para a exploração de petróleo e gás *offshore* no país, que promete impulsionar significativamente a economia somali.

A Somália é apenas um dos exemplos dos muitos países africanos que vêm fortalecendo seus laços com a Turquia. Esses projetos se demonstram, até o momento, favoráveis à Turquia e aos países do continente africano, uma vez que ampliam o acesso à infraestrutura, ao desenvolvimento econômico e à defesa, reforçando-se o papel turco como importante ator de soluções no continente.



DOI 10.21544/2446-7014.n208.p08.

O controle fronteiriço alemão e os possíveis impactos no Espaço Schengen

Emerson Luiz Bento dos Santos

A questão migratória gera tensões na Europa há muito tempo. De acordo com o veículo de notícias *Al Jazeera*, há algumas semanas a Alemanha decidiu impor controles temporários mais rígidos a cinco países vizinhos a seu território, a saber: Bélgica, Dinamarca, França, Holanda e Luxemburgo. Essas restrições começaram a valer a partir de 16 de setembro e, inicialmente, durarão seis meses. Contudo, no espaço entre os Estados mencionados, entre incerteza e restrição, está o Espaço Schengen, uma área sem controle de fronteiras internas e a maior zona de livre circulação de pessoas do mundo, oriunda de um acordo e uma convenção assinados em Luxemburgo em 1985 e 1990, respectivamente. Nesse sentido, como essas questões podem influenciar no futuro da região?

A decisão de se estabelecer controles fronteiriços com os Estados já citados apoia-se sobre a ideia de se conter o fluxo de pessoas que não foram aceitas em seu processo migratório, sendo consideradas irregulares, e fazendo-as retornar aos seus países de origem. O plano alemão pretende fortalecer a segurança interna e combater a migração ilegal com uma postura firme. A partir do mencionado controle extra, os alemães endurecem ao máximo suas regras migratórias, fazendo com que a limitação se estenda para todas as suas fronteiras, já que

a Alemanha também aplica controles a Áustria, Polônia, República Tcheca e Suíça.

Essa medida traz de volta à tona o debate sobre a segurança na Europa, assim como outra questão importante: o futuro do Espaço Schengen. O espaço, que constitui uma zona de livre circulação de pessoas, engloba cerca de 420 milhões de habitantes, e o fato de 25 dos 27 países-membros da União Europeia estarem presentes no acordo tornou-se um marco na história do continente europeu. Schengen é, desde a sua criação, uma importante área de colaboração entre seus membros e, com o fluxo migratório para a Europa crescendo, a preocupação com o tema também se elevou. Um fato importante que exemplifica essa questão é a criação do Novo Pacto sobre Migração e Asilo na União Europeia ([Boletim 202](#)), acordo celebrado em maio de 2024 que reforça o projeto de cooperação regional e a divisão de esforços e responsabilidades no enfrentamento à migração ilegal.

Em resumo, a escolha de Berlim — de implementar restrições mais duras em relação ao acesso a seu território — pode estar direcionando o país a uma política externa antagônica a Schengen, influenciando o rumo da região, a depender dos efeitos de suas medidas de contenção nos seis meses subsequentes a sua execução.



A dependência europeia das importações de gás natural liquefeito (GNL) da Rússia após a invasão da Ucrânia destacou um dilema geopolítico e energético para a União Europeia (UE). Embora o bloco tenha imposto sanções ao petróleo e ao carvão russos, o gás natural tem ficado fora dessas restrições, dado seu papel crucial no abastecimento de energia europeu (Boletim 203). Assim, o presente texto busca analisar os desafios econômicos e geopolíticos enfrentados pela UE ao se considerar uma possível proibição do GNL russo.

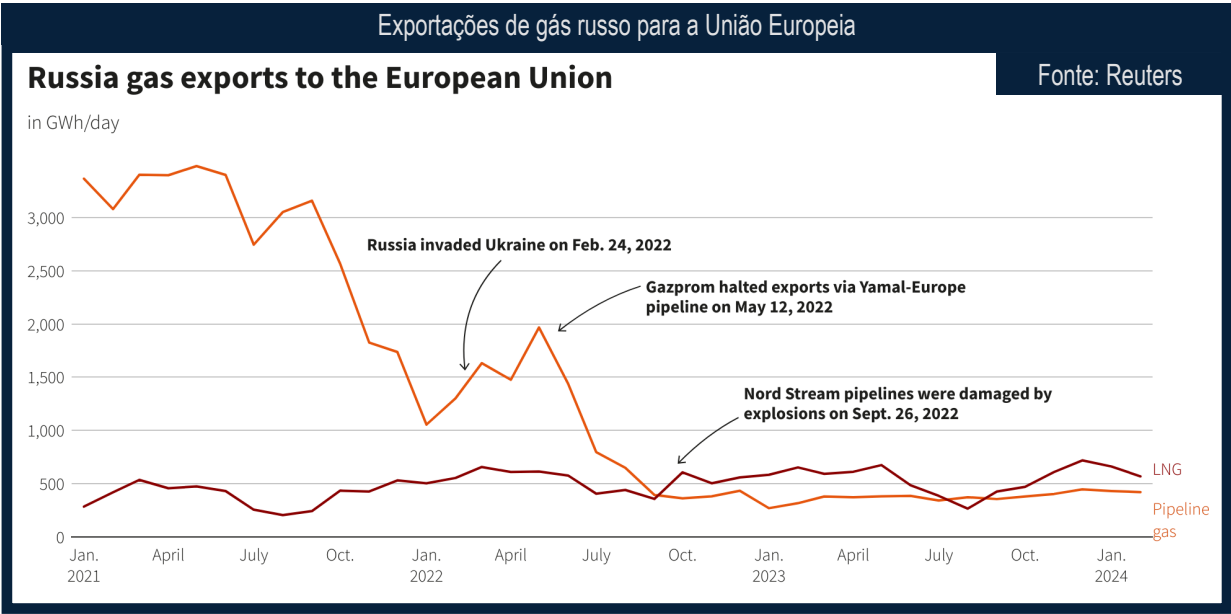
A princípio, convém observar que, desde que fluxos de gás por gasodutos foram interrompidos, a dependência europeia no GNL russo aumentou de forma expressiva. Dados da plataforma *Kpler* indicam que, entre 2021 e 2023, as importações desse combustível cresceram 37,7%, com Bélgica e Espanha desempenhando um papel essencial no transbordo para outros países do bloco e fora dele. Essa situação, por sua vez, gera uma teia complexa de interesses econômicos e contratuais. Isso porque muitas empresas europeias, por já terem firmado contratos de longo prazo antes do conflito, enfrentam dificuldades para rompê-los sem sofrer penalidades graves.

Para a Rússia, o GNL representa uma importante fonte de receita, contribuindo inclusive para o financiamento de parte de seus esforços militares. Assim, uma possível proibição imposta pela UE poderia se tornar uma poderosa ferramenta estratégica

para reduzir a capacidade financeira de Moscou e reforçar o apoio europeu à Ucrânia. No entanto, essa medida enfrenta resistência dentro do próprio bloco, especialmente de Hungria e Alemanha. A primeira, por adotar uma postura favorável à Rússia em questões energéticas, teme o impacto que novas sanções poderiam ter no fornecimento de energia. Já a segunda, embora menos contrária, preocupa-se com o possível aumento dos preços e o risco de comprometimento da segurança energética da região.

A coesão da UE também é um fator determinante. Bélgica e Espanha defendem uma abordagem conjunta que evite que a Rússia utilize rotas alternativas para continuar exportando GNL. Porém, implementar uma estratégia coordenada não é simples. A comissária de Energia da UE, Kadri Simson, alertou que um banimento imediato poderia desestabilizar o mercado, especialmente após um período de relativa estabilidade, marcado pelo aumento dos estoques e pela queda nos preços da energia.

Dessa maneira, o dilema em torno de uma possível proibição do GNL russo reflete as divisões internas da UE e as dificuldades em se equilibrar necessidades de segurança energética e objetivos geopolíticos. O futuro da estratégia europeia dependerá de sua capacidade de impor sanções sem arriscar uma nova crise energética ou enfraquecer a coesão política do bloco.



Xadrez geopolítico: grupos paramilitares iraquianos na dinâmica Israel-Hezbollah

Amanda Marini

A atual situação no Iraque é alarmante devido à fragilidade do governo central e também à crescente influência de diversos grupos paramilitares, tanto na política quanto na segurança e defesa do país. Além disso, as explosões dos *pagers* do Hezbollah no Líbano no último mês chamaram a atenção do governo de Bagdá e dos atores iraquianos ligados ao Eixo da Resistência — aliança político-militar entre Irã e entidades não estatais locais. Esse fenômeno gerou preocupações de que episódios semelhantes aos de Beirute se repitam, alimentando o temor de que esses atores possam estar utilizando dispositivos modificados, o que aumentaria o risco de ataques locais, tornando o cenário ainda mais precário. Isso posto, diante das dinâmicas geopolíticas atuais, o presente texto busca destacar o papel e a atuação dos grupos não estatais iraquianos nesse quadro tão volátil.

Primeiramente, no contexto das explosões dos dispositivos de comunicação do Hezbollah do Líbano, outro ataque aéreo israelense em Damasco resultou na morte de Abu Haidar al-Khafaji, comandante da Kataib Hezbollah, grupo paramilitar iraquiano. Essa ação levou a uma rápida reação do grupo, que se comprometeu a oferecer apoio militar aos seus aliados libaneses. Com isso, sinaliza-se e destaca-se tanto a interconexão entre os atores do Eixo da Resistência quanto a presença de mais um integrante nesse tabuleiro geopolítico, o Kataib

Hezbollah, pois, até então e de modo geral, os grupos iraquianos estavam mais à margem dos confrontos amplos do Levante.

Além disso, no dia 22 de setembro a Resistência Islâmica no Iraque lançou drones e mísseis contra Israel a partir de várias áreas do território iraquiano, o que marca um aumento significativo nas agressões. O ente afirmou ter atacado alvos israelenses e bases militares dos Estados Unidos da América tanto no Iraque quanto na Síria, justificando os ataques como retaliação aos bombardeios israelenses em Gaza e à intensificação das operações contra o Hezbollah. Em resposta, as Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês) interceptaram um veículo aéreo não tripulado iraquiano que estava cruzando da Síria para Israel, marcando o primeiro confronto direto em anos entre a IDF e forças iraquianas, ainda que pertencentes a grupos não estatais.

Logo, esses eventos mostram como o conflito em Gaza e os conflitos adjacentes estão reverberando, envolvendo grupos paramilitares — incluindo alguns que antes eram distantes. Essa dinâmica não apenas destaca a escalada das agressões, mas também revela a crescente complexidade da situação, evidenciando a interconexão e a intensificação dos atores em um cenário geopolítico instável, o que compromete o já frágil equilíbrio local.



A nova doutrina nuclear russa e o conflito na Ucrânia

Pérsio Glória de Paula

A Doutrina Nuclear é um documento basilar para a defesa e a segurança da Rússia, associado às capacidades de dissuasão estratégica do país. Nela, são previstas as condições gerais para o emprego de armas nucleares, como ameaças à sobrevivência do Estado russo, e para a retaliação contra ataques nucleares contra ele. Atualmente, com a escalada das tensões com o Ocidente, a contínua deterioração da estrutura de controle de armas estratégicas ([Boletim 178](#)) e o conflito na Ucrânia, especialistas e autoridades russas têm enfatizado a necessidade de uma nova abordagem para a segurança nuclear. Dessa forma, como as mudanças recentes na doutrina nuclear russa se inserem no contexto do conflito russo-ucraniano?

No dia 25 de setembro, em reunião do Conselho de Segurança da Rússia, o presidente Vladimir Putin apresentou uma série de mudanças e especificações para a doutrina nuclear do país. Entre as principais mudanças está a proposição de que uma agressão perpetrada contra a Rússia por um “estado não nuclear” apoiado por um Estado nuclearizado seria considerada um “ataque conjunto”. Putin também afirmou que a nova doutrina apresentará mais claramente as condições para o uso de armas nucleares, como ataques envolvendo a utilização de drones, mísseis de cruzeiro e hipersônicos e outros

meios aeroespaciais. Nesse sentido, as mudanças apresentadas têm um caráter ambivalente: são tanto uma atualização necessária em meio a um contexto de conflito e escalada das tensões quanto uma ferramenta de pressão geopolítica sobre os membros da OTAN, dado o envolvimento da aliança no apoio militar à Ucrânia.

No contexto do conflito russo-ucraniano, a atualização da doutrina também é uma reação à possível permissão para a utilização de armamentos ocidentais de longo alcance para ataques dentro do território russo. Além disso, ela similarmente responde aos ataques ucranianos contra a infraestrutura nuclear russa, já que, ao longo do conflito, equipamentos associados às capacidades nucleares foram alvejados com drones e outros armamentos. Por exemplo, os ataques aos sistemas de radares de aviso antecipado “Voronej”, ocorridos em maio, e os recorrentes ataques a aeronaves de comando e controle e a bombardeiros estratégicos russos.

Portanto, a nova doutrina nuclear russa ajusta regras para o atual cenário de guerra e serve como ferramenta de pressão geopolítica sobre o Ocidente. Ao expandir as circunstâncias em que o uso de armas nucleares pode ser justificado, a Rússia sinaliza uma postura mais assertiva diante das ameaças que considera existenciais, tanto no contexto ucraniano quanto em relação à OTAN.

DOI 10.21544/2446-7014.n208.p.12.

LESTE ASIÁTICO

China e a Iniciativa Cinturão e Rota: um olhar sobre o Sudeste Asiático

Nathália Magalhães Macedo

Onze anos após o anúncio da nova Rota da Seda, a chamada Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla em inglês) ([Boletim 188](#)) exterioriza, uma vez mais, as ambições geoestratégicas chinesas, desta vez ajustadas ao Sudeste Asiático — uma sub-região cujo alinhamento estratégico têm estado em disputa, enquanto se intensificam os antagonismos entre China e Estados Unidos da América (EUA). Compreende-se, por razão disso, parte da urgência chinesa para integrar-se aos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). A empreitada, se bem-sucedida, poderá inserir o Sudeste Asiático em uma cadeia de abastecimento centrada na China. Assim, considerando-se a complexidade das dinâmicas regionais contemporâneas, de que maneira os investimentos chineses no Sudeste Asiático podem influenciar na região a longo prazo?

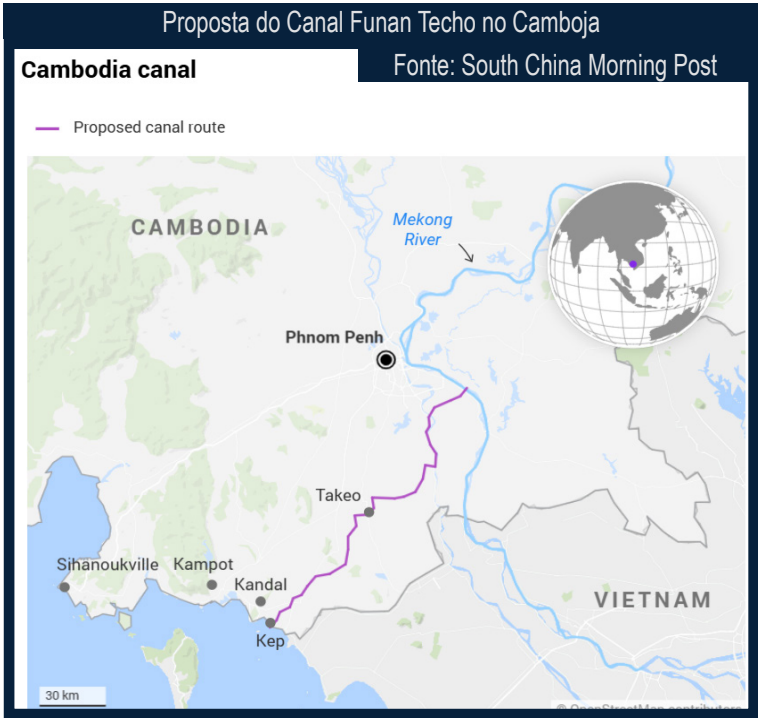
Um dos projetos chineses no Sudeste Asiático objetiva o estabelecimento do Canal Funan Techo, hidrovia que conectará o porto de Phnom Penh, capital do Camboja, ao Golfo da Tailândia ([Boletim 201](#)). A perspectiva é de que o canal cobrirá cerca de 180 km². É um projeto ambicioso e, em termos ambientais, perigoso; além disso, existem implicações políticas e econômicas. Politicamente, os investimentos chineses no país asiático, tanto com a hidrovia quanto com a modernização da Base Naval de Ream, mostram-se importantes para consagrar a legitimidade do atual governo cambojano, dado que, a curto prazo, essas construções impulsionam a criação de empregos e o crescimento econômico nacional. Ademais, o sudeste do país detém reservas inexploradas de petróleo e minerais, que se encontram intocáveis devido à dificuldade no transporte de materiais de áreas

do interior até portos costeiros, o que pode alavancar as exportações para mercados chineses.

Pequim se beneficiará desses investimentos à medida que expande o alcance de seu *soft power*, assegurando sua influência diplomática, estratégica e, potencialmente, militar no Camboja, como já faz no Laos. Há bastante tempo, empresas chinesas têm utilizado o Sudeste Asiático como um canal para direcionar suas remessas ao resto do mundo, estabelecendo inclusive partes de suas linhas de produção na sub-região com o objetivo de contornar as restrições comerciais impostas pelos EUA e seus aliados. O canal cambojano, nesse caso, viabilizará o escoamento de mercadorias chinesas por rotas alternativas. Faz-se, entretanto, necessário adotar uma postura cautelosa, uma vez que qualquer

iniciativa com implicações transfronteiriças pode alterar consideravelmente o tabuleiro geoestratégico. Isso se torna ainda mais relevante dadas as crescentes fricções no Mar do Sul da China (Boletim 207).

A despeito das vantagens políticas e econômicas do Canal Funan Techo, os conflitos regionais e as tensões intercontinentais devem ser interpretados de modo a se evitar a perpetuação de um ciclo de dependência que, a longo prazo, comprometerá a soberania e a estabilidade regional do Sudeste Asiático. Outrossim, a complexidade das relações internacionais exige que a China assuma uma postura proativa, a fim de evitar uma possível reação adversa que possa comprometer suas ambições.



DOI 10.21544/2446-7014.n208.p12-13.

SUL DA ÁSIA

Semicondutores *made in India*

Eduardo A. Mangueira

Estabelecida em 2022, a iniciativa “Índia-Estados Unidos sobre Tecnologias Emergentes e Críticas” é um projeto que busca um aprofundamento significativo na cooperação tecnológica em assuntos variados, envolvendo inteligência artificial, tecnologia espacial, telecomunicação avançada, energia limpa, entre outros. Imerso nesse contexto, o acordo acerca da instalação de uma fábrica para a produção de semicondutores em Calcutá, na Índia, é um marco muito importante para o desenvolvimento tecnológico do país. Assim, cabe questionar: quais são as implicações dessa produção para a estratégia indiana e para seu posicionamento em relação ao sistema internacional?

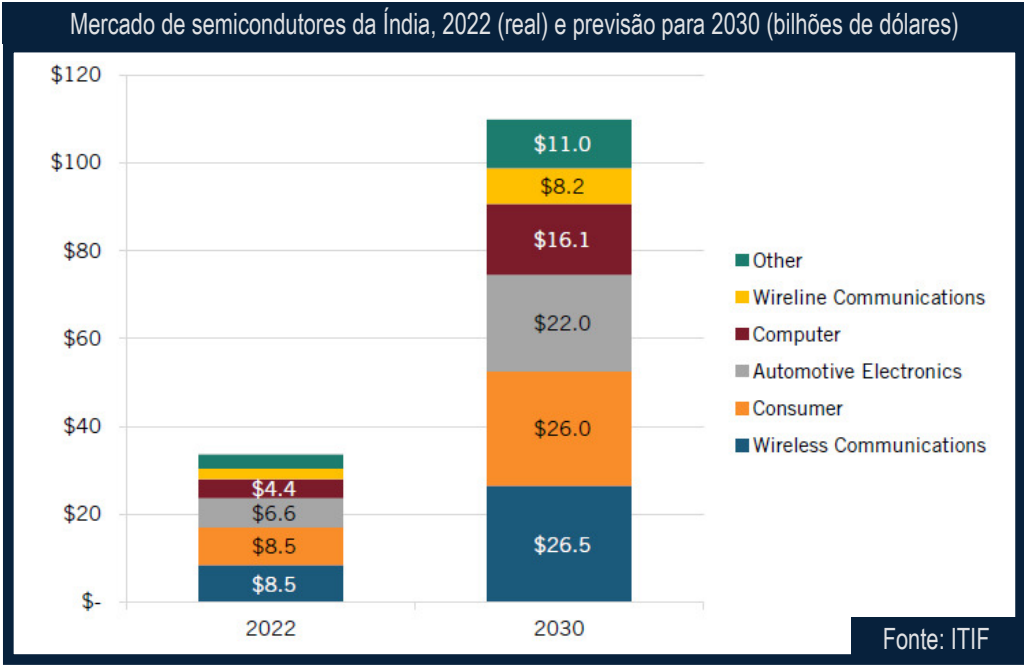
Os semicondutores são essenciais para a produção de microeletrônicos e a movimentação rápida e eficiente de dados, sendo utilizados no desenvolvimento de tecnologia 5G. Ademais, seu uso militar é também direcionado à construção de sistemas como de comunicação, de vigilância, de produção de dados, entre outros. A Índia tem desenvolvido significativamente sua capacidade de produção de chips desde 2021, investindo, desde então, US\$ 10 bilhões. A partir do compartilhamento de expertise estadunidense, o país pode se tornar um futuro polo de produção de chips, angariando ganhos econômicos consideráveis e produzindo uma mudança significativa nas cadeias de produção tecnológica, de

modo a oferecer um possível substituto à China a seus parceiros.

O acordo faz parte de uma aproximação maior entre Estados Unidos da América (EUA) e Índia, em um contexto de competição mútua em relação à China. Os EUA, cujas empresas produzem chips de alta qualidade em territórios estrangeiros, buscam afastar sua produção de áreas de contenciosidade crescente, como Taiwan. A Índia, que gasta cerca de US\$ 25 bilhões anualmente com semicondutores importados, busca desvencilhar-se de sua dependência chinesa para essa aquisição, empregando uma política de autossuficiência em matéria de tecnologias críticas. Além disso, as inovações tecnológicas podem levar a uma renovação das Forças

Armadas indianas, sinalizando um aumento de sua capacidade de projeção no Oceano Índico e garantindo competitividade militar frente à China ([Boletim 161](#)).

Como tal, o acordo oferece à Índia a possibilidade de aumento considerável de seu *hard power*, dados o estímulo econômico que essa produção pode gerar e as possibilidades de melhora que a inovação tecnológica traz para a infraestrutura militar indiana. Com o aumento de tensões entre grandes potências, a cooperação com os EUA permite que a Índia se mantenha em competição com a China por influência na região, mesmo em um campo tão célere quanto o da inovação tecnológica. A partir disso, é importante atentar-se às respostas chinesas para essa questão.



DOI 10.21544/2446-7014.n208.p13-14.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Disputas no Mar do Sul da China: desafios à produção energética

Thayná Fernandes

Nos últimos meses, as tensões envolvendo disputas marítimas no Sudeste Asiático têm escalado, sobretudo no Mar do Sul da China (MSC) ([Boletim 207](#)). A perspectiva é de que tais disputas se agravem em um futuro bem próximo: recentemente, o Sudeste Asiático foi apontado como o principal *hub* de exploração e comércio de gás natural liquefeito (GNL) do mundo. Sabe-se que esse recurso tem um importante papel nos objetivos de descarbonização e transição energética das nações da região. Considerando-se esse cenário, como as disputas no MSC podem impactar na produção energética do Sudeste Asiático?

Em 2023, o comércio global de GNL atingiu 404 milhões de toneladas e, para 2040, estima-se que a

demanda aumentará em cerca de 50%, sobretudo devido à transição energética e à maior utilização de GNL no Sul e Sudeste Asiáticos. Outras empresas estimam que a busca por GNL crescerá cerca de 5% ao ano, atingindo 666 milhões de toneladas anualmente até 2033. O MSC, além de ser uma importante rota marítima — tendo transportado 37% das remessas petrolíferas mundiais, de acordo com a *Asia Maritime Transparency Initiative* —, também estima-se que possua de 5,3 trilhões de metros cúbicos de gás natural e cerca de 11 bilhões de barris de produtos petrolíferos em reservas provadas e prováveis.

O crescimento econômico e a busca pelo desenvolvimento das sociedades asiáticas, sobretudo de suas indústrias e seu comércio, vêm impulsionando

a demanda por recursos energéticos: em 2022, a Agência Internacional de Energia estimou que a Ásia-Pacífico representou 36% do consumo mundial de combustíveis líquidos; para 2050, a expectativa é de que o montante destes ultrapasse os 40%, e o de GNL chegue a 28%. Além das capacidades estimadas de produção de petróleo e gás, o MSC é um local propício para ampliação da instalação de parques eólicos *offshore*, e Pequim já vem liderando tal iniciativa na região.

Embora haja diversas iniciativas pela transição energética e uma tentativa de migração de fontes poluidoras para fontes mais limpas na Ásia, o carvão, o petróleo e o gás ainda são as principais matrizes energéticas. O MSC, conforme apresentado, é um local importante tanto pela busca da transição quanto pela manutenção da exploração de combustíveis fósseis.

Contudo, as constantes disputas que vêm se intensificando nesse espaço marítimo podem impactar seriamente o comércio mundial. Embora pouco provável, um bloqueio militar nessa rota devido às disputas na região causaria grandes problemas logísticos e econômicos não apenas aos atores diretamente envolvidos, mas a outros, como Austrália, Coreia do Sul e Japão. Ainda, pode haver o impedimento de instalação de novos campos de petróleo e gás ou de eólicas *offshore*.

Seja para apoiar a transição energética ou para manter os padrões de produção atuais, caso Pequim e os países do Sudeste Asiático não cheguem a acordos para estabelecer suas fronteiras marítimas de maneira definitiva, tais conflitos podem gerar perdas financeiras significativas.



DOI 10.21544/2446-7014.n208.p14-15

ÁRTICO & ANTÁRTICA

A modernização da Base Petrel e a janela de oportunidades para a Argentina na Antártica

Gabriela Paulucci da Hora Viana

Em junho de 2024, as Forças Armadas Argentinas anunciaram a modernização das instalações de pouso na sua base antártica de Petrel, na Península Antártica. Fundada em 1952, a base passou por reformas e, desde 2021, foi reativada de forma permanente. A constância nos aportes e os vultosos investimentos argentinos na Antártica perpassam a busca do país em se manter relevante e atuante no continente, sobretudo por ser um

dos sete países reivindicantes do território antártico, a saber: Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido. Outrossim, a urgência geopolítica no Ártico ocasionou a redução orçamentária de importantes *players* antárticos no sexto continente, o que fortaleceu ainda mais a presença argentina.

Atualmente, a base Petrel é um dos principais polos logísticos multimodais para o Programa Antártico

Argentino. O Ministério da Defesa da Argentina e o Escritório Antártico anunciaram que a Base Petrel, após o projeto, tornar-se-á uma base de ação combinada das três forças armadas do país. Mais do que isso, este nível de modernização e de acessibilidade transforma o país em um ator-chave em parcerias estratégicas com outros programas antárticos, especialmente por permitir a possibilidade de acesso aéreo a partir de Ushuaia.

Sob esse escopo, a influência argentina no território amplia-se quando somada à considerável redução no investimento estadunidense na Antártica. Em relação a investimentos, mais da metade dos projetos financiados do Programa Antártico dos Estados Unidos da América (EUA) para o biênio 2023-2024 foram cancelados pela Fundação Nacional de Ciências (NSF, na sigla em inglês), ao mesmo tempo que não foram solicitadas novas propostas para a agenda de 2024. Além disso, embora o presidente estadunidense Joe Biden tenha anunciado no

Memorando de Segurança Nacional de maio de 2024 a política dos EUA para a região antártica, chama atenção a redução do número de projetos científicos e de contingente operacional na base McMurdo dos EUA, assim como o navio quebra-gelo “Polar Star”. Na Antártica, o continente voltado para a ciência e a paz, pesquisa é poder e projeção de influência.

Esse momento de relativo esvaziamento de poder, juntamente ao foco das grandes potências no Ártico, é ideal para o fortalecimento da presença de outros atores geopolíticos na região, como é o caso da Argentina. Nesse sentido, a contínua modernização da Base Petrel é especialmente relevante ao se pensar sobre o fato de o Tratado da Antártica (1959) não proibir as reivindicações antárticas, apenas congelá-las. A preparação dos países para se obter vantagens comparativas é imprescindível para uma possível revisão do Tratado, em 2048.

DOI 10.21544/2446-7014.n208.p15-16

TEMAS ESPECIAIS

A relativização da inviolabilidade de missões diplomáticas: um precedente perigoso

Gabriel Mendes

No dia 5 de abril de 2024, forças policiais equatorianas invadiram a sede da missão diplomática mexicana no país, onde Jorge Glas, ex-vice-presidente do Equador, estava se refugiando. Isso resultou na quebra de relações diplomáticas entre os dois Estados, na condenação da conduta equatoriana por diversas Organizações Internacionais e na instauração de um processo pelo México contra a república andina junto à Corte Internacional de Justiça (CIJ).

Apesar desse caso específico não ter sido julgado, a CIJ já julgou outro sobre a mesma matéria, ocorrido sob outras circunstâncias: a invasão da embaixada estadunidense no Irã em 1979. Neste caso, foi confirmada a imperatividade do artigo 22 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (CVRD), que determina a existência de uma obrigação negativa aos Estados signatários de não violar as missões oficiais residentes no seu território. Tal proteção garante que vias de comunicação entre governos permaneçam abertas, especialmente em caso de conflito armado entre dois países, garantindo-se eficácia a um princípio norteador do Sistema Internacional: a solução pacífica de conflitos. Nesse sentido, questiona-se: quais são as consequências desses eventos para o Direito Internacional?

A inviolabilidade das missões diplomáticas é um pilar estruturante do Direito Internacional (DI). A CVRD garante a impossibilidade de o Estado anfitrião intervir no espaço físico, nos membros e na propriedade de

representações oficiais. Isso significa, em suma, que o Estado que recebe uma missão não pode praticar atos de soberania sobre uma embaixada ou consulado estrangeiro no seu território. Ao mesmo tempo, a ONU caracteriza os diplomatas como “pessoas protegidas internacionalmente”. Entretanto, acontecimentos recentes demonstram que alguns governos agem de modo a relativizar essa diretriz internacional.

Tal ação não é bem-vista no cenário internacional. Por exemplo, quando a embaixada estadunidense em Teerã foi invadida, o Irã foi duramente condenado em foros internacionais e sofreu uma diversa gama de sanções materiais e diplomáticas de diversos países. Outro caso foi o bombardeio accidental da embaixada chinesa na ex-Iugoslávia por aeronaves estadunidenses em 1999, que resultou em pedidos de desculpas oficiais e indenização monetária.

É necessário ressaltar o grave precedente decorrente da ação equatoriana, sobretudo levando-se em conta o contexto de tensão pelo qual a América Latina está passando. A normalização de tais ações pode estimular outros governos da região a fazer o mesmo, o que se mostra especialmente arriscado no contexto da atual crise envolvendo a embaixada argentina (custodiada pelo Brasil) na Venezuela. Essa tendência pode perturbar as tradicionais boas relações inter-americanas e quebrar a longa tradição de respeito ao DI no Hemisfério Ocidental.

DOI 10.21544/2446-7014.n208.p16

- ▶ [An Idiosyncratic View of Two Wars](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman.
- ▶ [The Lessons and Legacy of October 7](#)
PROJECT SYNDICATE, Richard Haass.
- ▶ [Russian Military Reconstitution: 2030 Pathways and Prospects](#)
CARNEGIE, Dara Massicot.
- ▶ [Report to Congress on Coast Guard Polar Security Cutter](#)
USNI, U.S. Naval Institute Staff
- ▶ [Japón presenta su nuevo Libro Blanco: Defensa del Japón 2024](#)
INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS, Augusto Conte de los Ríos.

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Rafaela Machado

OUTUBRO

Principais eventos de 07 a 31

07-16  ÁFRICA DO SUL EXERCÍCIO "IBSAMAR" 2024	15-16  PAQUISTÃO CÚPULA DA ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO DE XANGAI	16  BÉLGICA CÚPULA DO CONSELHO DE COOPERAÇÃO UE-GOLFO	20  INDONÉSIA POSSE PRESIDENCIAL
22-24  RÚSSIA CÚPULA DO BRICS	25  KIRIBATI ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	27  URUGUAI ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	27  JAPÃO ELEIÇÕES GERAIS

REFERÊNCIAS

- **Perspectiva socioeconômica das ambiciosas projeções guianenses no setor de hidrocarbonetos**
[Guyana becomes key contributor to global crude oil supply growth. Independent Statistics Analysis - U.S Energy Information Administration](#), 21 maio 2024. Acesso em: 01 set. 2024.
[Is Guyana's Oil a Blessing or a Curse?. The News York Times](#), 30 mar. 2024. Acesso em: 01 set. 2024.
- **Entre a cooperação naval e técnica: o que esperar da aproximação estratégica Brasil-Índia?**
['Keen To Work With India': Admiral Olsen As Brazil Explores Nuclear-Powered Submarines Sector. Times Now](#), 25 ago. 2024. Acesso em: 12 set. 2024.
[Marinha do Brasil deseja parceria em Submarinos Nucleares com a Índia. Defesa Aérea e Naval](#), 26 ago. 2024. Acesso em: 12 set. 2024
- **Qual a herança do governo López Obrador para o México?**
[O governo de López Obrador é o governo com o maior número de homicídios no México desde que foram registrados registros, segundo dados do Inegi. CNN](#), 24 jan. 2024. Acesso em: 14 set. 2024.
[Sexto Informe de Gobierno: ¿Cuánto creció la economía mexicana en el sexenio? Esto dijo AMLO. El Financiero](#), 01 set. 2024 . Acesso em: 14 set. 2024.
- **A presença Turca na África: O desenvolvimento de uma parceria transformadora no século XXI**
[Como a Turquia conquistou a África. Geopolitical Futures](#), 31 ago. 2024. Acesso em: 14 set. 2024.
[Turquia enviará a marinha à Somália após acordo para busca de petróleo e gás. Reuters](#), 19 jul. 2024. Acesso em: 14 set. 2024.
- **O controle fronteiriço alemão e os possíveis impactos no Espaço Schengen**
[Germany announces temporary controls on all land borders. Al Jazeera](#), 11 set. 2024. Acesso em: 11 set. 2024.
[Estará o Espaço Schengen sem fronteiras prestes a desmoronar-se? Euronews](#), 11 set. 2024. Acesso em: 11 set. 2024.
- **Banimento do GNL russo: o dilema energético da UE**
[Belgium calls for EU ban on Russian gas as imports rise. Financial Times](#), 26 set. 2024. Acesso em: 27 set. 2024.
PARASKOVA, Tsvetana. [EU Targets LNG and Dark Fleet in New Sanctions Against Russia. OilPrice.com](#), 24 jun. 2024. Acesso em: 26 set. 2024.
- **Xadrez geopolítico: grupos paramilitares iraquianos na dinâmica Israel-Hezbollah**
[Commander in Iraq's Kataib Hezbollah killed in Israeli strike in Syria - Al-Monitor: The Middle East's leading independent news source since 2012. Al Monitor](#), 20 set. 2024. Acesso em: 30 set. 2024.
[Pro-Iran groups in Iraq launch missiles at Israel. The New Arab](#), 22 set. 2024. Acesso em: 30 set. 2024.
- **A nova doutrina nuclear russa e o conflito na Ucrânia**
[Заседание Постоянного совещания Совбеза по ядерному сдерживанию. Президент России. President of Russia](#), Acesso em: 04 out. 2024.
[Why Russia Is Changing Its Nuclear Doctrine Now. Center for Strategic and International Studies](#), 27 set. 2024. Acesso em: 04 de out. 2024.
- **China e a Iniciativa Cinturão e Rota: um Olhar sobre o Sudeste Asiático**
[Why China's Southeast Asia belt and road push could give it edge in critical battleground. South China Morning Post](#), 28 set. 2024. Acesso em: 04 out. 2024.
[The Geopolitics of Cambodia's Funan Techo Canal. The Diplomat](#), 07 ago. 2024. Acesso em: 04 out. 2024.
- **Semicondutores made in India**
[The Role of Semiconductors in Military and Defence Technology. Defence and Diplomacy Journal](#), mar. 2022. Acesso em: 02 out. 2024.
[US-India chips deal opens up new front in tech war vs China. South China Morning Post](#), 28 set. 2024. Acesso em: 02 out. 2024.
- **Disputas no Mar do Sul da China: desafios à produção energética**
[Southeast Asia Becomes a Global LNG Hub. PIS Ready to Seize Growth Opportunities. Antara News](#), 01 out. 2024. Acesso em: 04 out. 2024.
RIBEIRO, Rodrigo Abreu de Barcellos; FERNANDES, Thayná. [As rotas marítimas do Mar do Sul da China. Energia de Geopolítica da Energia de Baixo Carbono e seus Impactos para a Transição Energética do Brasil. Caderno FGV Energia](#), ago. 2024. Acesso em: 04 out. 2024.
- **A modernização da base Petrel e a janela de oportunidades para a Argentina na Antártica**
[La Fuerza Aérea Argentina reinaugura la pista de la Base Petrel. Infodefensa.com](#), 03 jun. 2024. Acesso em: 07 set. 2024.
[Cutbacks to U.S. Antarctic Science Risk Geopolitical Shifts at the South Pole. Scientific American](#), 04 set. 2024. Acesso em: 09 set 2024.
- **A relativização da inviolabilidade de missões diplomáticas: um precedente perigoso**
[México v. Equador / Equador v. México: Asilo diplomático de volta à CIJ – A certeza jurídica sobre esta questão divisiva pode finalmente ser conquistada?. VOELKERRECHTSBLOG](#), 30 mai. 2024. Acesso em: 04 out. 2024.
[O Caso Glas: O asilo diplomático retorna à CIJ. EJIL TALK](#), 08 abr. 2024. Acesso em: 04 out. 2024.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCOS

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso haja agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Kaike Mota

► ALTO RISCO:

•HAITI - Conflitos internos: [Haitian prime minister goes abroad for support after gang massacre](#). **Reuters**, 06 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•IÊMEN - Crise estrutural e regional: [Yemen's Houthis say they fired two missiles at central Israel, Israel says missile intercepted](#). **Reuters**, 07 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024

•IRÃ - Instabilidade regional: [Iran fires at least 180 missiles into Israel as nationwide conflict grows](#). **AP News**, 02 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•ISRAEL - Conflito regional: [Israel steps up Lebanon bombing as Hezbollah attacks Haifa](#). **Al Jazeera**, 07 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•LÍBANO - Crise estrutural: [Tropas de paz apreensivas com ações das Forças de Defesa de Israel no Líbano](#). **UN News**, 07 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•MAR VERMELHO - Ataque a embarcações: [Houthi Red Sea attacks still torment global trade, a year after October 7](#). **Al Jazeera**, 05 out. 2025. Acesso em: 07 out. 2024

•MIANMAR - Conflito interno: [‘Like we are trapped’: Minorities suffer amid conflict in Myanmar’s Rakhine](#). **Al Jazeera**, 04 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [Collective effort essential to get DR Congo on firm path to peace](#). **UN NEWS**, 30 set. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Ukraine says it hit oil terminal in Russian-occupied Crimea](#). **Al Jazeera**, 07 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024

•SOMÁLIA - Crise estrutural: [Al-Shabab in Somalia: Bullets and bombs can’t bury ideologies](#). **Al Jazeera**, 06 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•SUDÃO - Conflito interno: [Sudan war intensifies, devastation spreads](#). **Africanews**, 04 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•VENEZUELA - Crise sociopolítica: [Edmundo González volverá para tomar posesión del cargo de "presidente electo" de Venezuela en enero](#). **EuroNews**, 04 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

► MÉDIO RISCO:

•BANGLADESH - Instabilidade sociopolítica: [Bangladesh recalls five envoys in major diplomatic reshuffle](#). **Reuters**, 03 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•BELARUS - Crise regional: [Belarus court sentences activists for attempted sabotage of Russian plane](#). **VOA News**, 04 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024

•BOLÍVIA - Crise sociopolítica: [Polémica en Bolivia: emiten orden de detención contra Evo Morales, pero es anulada](#). **France 24**, 03 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Massacre in Burkina Faso left 600 dead, double previous estimates, according to French security assessment](#). CNN, 04 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•GUINÉ - Crise sociopolítica: [Guinée : une décision « controversée » des autorités attaquée devant la Cour Suprême](#). **AfricaGuinee**, 07 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•IRAQUE - Crise regional: [Exclusive: Iraqi groups say Israel fabricated deadly Golan drone attack](#). **Middle East Eye**, 05 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•MALI - Crise sociopolítica: [More than 70 killed in Mali attack: What happened, why it matters](#). **Al Jazeera**, 20 set. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Vietnam protests Chinese force's attack on fishermen in contested South China Sea waters](#). CNN, 02 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•NÍGER - Crise sociopolítica: [Niger: New Terrorism Database Threatens Rights](#). **Humans Rights Watch**, 30 set. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [Migrant Smugglers Threaten Panama's Darién Conservation Plans](#). **Insight Crime**, 02 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•SÍRIA - Crise regional: [Israeli airstrike targets three cars in Syria's Homs, state news agency says](#). **Reuters**, 06 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024

► EM MONITORAMENTO:

•AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [EU court rules gender and nationality enough to grant Afghan women asylum](#). **The Guardian**, 04 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Armenia hopes to sign peace articles with Azerbaijan within a month, president says](#). **Reuters**, 07 out. 2024. Acesso em 07 out. 2024

•COREIA DO NORTE - Instabilidade regional: [North Korea's Kim Jong Un threatens to destroy the South with nuclear weapons if provoked](#). CNN, 04 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•COLÔMBIA - Instabilidade sociopolítica: [Una mesa con el Clan, aportes en medio de una negociación incierta](#). **Fundación Ideas para la Paz**, 07 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Extienden por 30 días más el régimen de excepción en El Salvador](#). **TeleSur**, 04 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•EQUADOR - Instabilidade sociopolítica: [Ecuador declara estado de excepción parcial ante incremento de la violencia](#). **Diario Las Américas**, 03 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•ETIÓPIA - Instabilidade interna: [Ethiopian military boosts operations in Amhara region](#). **VOA NEWS**. 03 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•GUIANA E VENEZUELA - Disputa regional: [Análise: Maduro pode retomar ameaças a Essequibo para tirar o foco das eleições](#). **CNN Brasil**, 30 set. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Mozambique headed for crucial elections amid jihadist insurgency and drought-induced hunger](#). **AP News**, 07 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•NICARÁGUA - Instabilidade sociopolítica: [Nicaragua's New Legal Reforms Target Opponents and Critics](#). **The Tico Times**, 05 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•NIGÉRIA - Instabilidade interna: [Repression of peaceful protest must end](#). **Amnesty International**, 02 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Pakistan bans prominent Pashtun rights group citing security concerns](#). **Al Jazeera**, 07 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•SENEGAL - Instabilidade sociopolítica: Senegal: [Opposition parties unite ahead of the legislative elections](#). **Africanews**, 24 set. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.

•TAIWAN - Disputas regionais: ['Impossible' for People's Republic of China to be our motherland, Taiwan president says](#). **VOA News**, 06 out. 2024. Acesso em: 07 out. 2024.